

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 122 - SETEMBRO DE 2019

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Complementar.....	2
Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	3
Decretos.....	4

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias.....	5
Pareceres.....	6

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Célia Iraci da Cunha

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Eduardo Zanatta Brandeburgo

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 743

1º DE AGOSTO DE 2019

Reajusta o piso salarial do Quadro de Pessoal do Ministério Público ([inteiro teor](#)).

LEI COMPLEMENTAR Nº 744

12 DE AGOSTO DE 2019

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e da Lei Complementar nº 414, de 2008, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura ([inteiro teor](#)).

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.760

31 DE JULHO DE 2019

Altera a Lei nº 14.954, de 2009, que “Dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e adota outras providências” ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.761

31 DE JULHO DE 2019

Altera a Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.762

7 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte In-

terestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas hipóteses que especifica e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.763

12 DE AGOSTO DE 2019

Reinstitui benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.764

12 DE AGOSTO DE 2019

Institui o Fundo Estadual do Trabalho (FET-SC) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.765

12 DE AGOSTO DE 2019

Inclui no calendário oficial de eventos do Estado

de Santa Catarina a Festa do Tiro realizada no Município de Canoinhas ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.766

13 DE AGOSTO DE 2019

Estabelece normas e critérios básicos de precaução e preservação do solo, do meio ambiente, fauna e flora, proteção e defesa da saúde, mediante combate preventivo e controle da poluição, conservação da natureza e dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações e estabelece diretrizes às atividades especificamente impactantes no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.767

14 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Lei nº 16.148, de 2013, que “Autoriza a doação de imóveis a Municípios e estabelece outras providências” ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 192

31 DE JULHO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 193

31 DE JULHO DE 2019

Inclui no Plano Rodoviário Estadual (PRE), aprovado pelo Decreto nº 759, de 2011, o trecho da Rodovia SC-100 entre Laguna e o Distrito Barra do Camacho ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 194

31 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 195

1º DE AGOSTO DE 2019

Institui o Projeto Recuperar e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 196

7 DE AGOSTO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 197

7 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 200

8 DE AGOSTO DE 2019

Decreta Luto Oficial ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 201

8 DE AGOSTO DE 2019

Institui a Campanha Agosto Lilás a fim de sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e divulgar a Lei Maria da Penha ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 202

12 DE AGOSTO DE 2019

Altera os arts. 11 e 30 do Decreto nº 128, de 2019, que dispõe sobre o credenciamento de entidades e de profissionais para a realização de exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica relativos aos procedimentos previstos na legislação de trânsito e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 203

12 DE AGOSTO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 204

12 DE AGOSTO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 205

12 DE AGOSTO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 206

12 DE AGOSTO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 207

12 DE AGOSTO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 208

12 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre as providências decorrentes da extinção das unidades gestoras que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 209

12 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de parecer e resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 210

12 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 211

12 DE AGOSTO DE 2019

Introduz a Alteração 4.050 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 214

15 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre as providências decorrentes da extinção das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 215

15 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 308, de 2015, que dispõe sobre a utilização do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP) pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 216

15 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 24.555, de 1984, que regulamenta a Lei de concessão de Condecorações e Título Honorífico da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 217

15 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 222

15 DE AGOSTO DE 2019

Declara como funções de interesse policial-militar os cargos ocupados por militares estaduais da ativa na Assessoria Militar do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 223

20 DE AGOSTO DE 2019

Homologa situação de emergência no Município que menciona ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 224

20 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a criação da Unidade Gestora do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 225

20 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 226

20 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 229

23 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) ([inteiro teor](#)).

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.863

8 DE AGOSTO DE 2019

Publicada no DOU de 9.8.2019

Altera a Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para modificar a exigência de habilitação para o exercício da atividade de instrutor de trânsito ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.864

8 DE AGOSTO DE 2019

Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.865

8 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar o habite-se na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área ocupada predominantemente por população de baixa renda ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.866

26 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, para tratar do sigilo das denúncias formuladas ao Tribunal de Contas da União ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.867

26 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para possibilitar a opção pela mediação ou pela via arbitral para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, nas condições que especifica ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.954

5 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.955

6 DE AGOSTO DE 2019

Promulga o Acordo Multilateral de Céus Abertos para os Estados Membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, firmado pela República Federativa do Brasil, em Punta Cana, em 4 de novembro de 2010 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.957

6 DE AGOSTO DE 2019

Regulamenta o procedimento para relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário de que trata a Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.958

8 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre o Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.960

8 DE AGOSTO DE 2019

Institui a Comissão de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.961

8 DE AGOSTO DE 2019

Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.962

8 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre o Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.963

8 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.964

8 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, para dispor sobre critérios, procedimentos e responsabilidades para regulação e fiscalização da Certificação de Biocombustíveis e do lastro do Crédito de Descarboxinação da Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.965

8 DE AGOSTO DE 2019

Reativa a 6ª Divisão de Exército e dispõe sobre subordinação no âmbito do Comando Militar do Sul ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.966

8 DE AGOSTO DE 2019

Promulga o Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, Celebrada em Brasília, em 21 de Agosto de 1980, firmado em Brasília, em 20 de fevereiro de 2014 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.967

8 DE AGOSTO DE 2019

Promulga a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, firmada pela República Federativa do Brasil, em Nova York, em 14 de setembro de 2005 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.968

8 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a execução do Sexagésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (63PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a República do Chile ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.969

8 DE AGOSTO DE 2019

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Jersey sobre o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, firmado em Londres, em 28 de janeiro de 2013 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.970

14 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.971

14 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.972

14 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores portuário, aeroportuário, rodoviário, ferroviário e hidroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional

de Desestatização ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.973

14 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos federais do setor de energia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.974

17 DE AGOSTO DE 2019

Convoca a 4ª Conferência Nacional de Juventude ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.975

17 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a avaliação de protocolos de bem-estar animal elaborados por entidades promotoras de rodeios pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.976

19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e em Operações de Crédito Educativo ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.977

19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.978

20 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre o Fundo PIS-PASEP e institui o Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.981

20 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.983

22 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.984

22 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND de ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. excedentes à manutenção do controle acionário da União ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.985

23 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem e para ações subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas da Amazônia Legal na hipótese de requerimento do Governador do respectivo Estado ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.986

26 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.468, de 13 de agosto de 2018, que dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.987

26 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.988

26 DE AGOSTO DE 2019

Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.990

27 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre a Junta de Execução Orçamentária ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.991

28 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.992

28 DE AGOSTO DE 2019

Determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de sessenta dias ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.993

29 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 4.858, de 13 de outubro de 2003, que dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Superior do Cinema ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.994

29 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018, que regulamenta os critérios e os procedimentos específicos para o desenvolvimento dos servidores nos cargos das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.995

29 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009, que regulamenta a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.996

29 DE AGOSTO DE 2019

Promulga o Acordo para Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações, firmado em Lima, em 11 de novembro de 2013 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 9.997

30 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.992, de 28 de agosto de 2019, que determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de sessenta dias ([inteiro teor](#)).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE 086/19

30 DE JULHO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, combinado com o artigo 2º, inciso I, alínea “a”, do Decreto nº 1.158, de 28 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar o Procurador do Estado Augusto Barbosa Hackbarth, matrícula 953.071-1-01, do exercício da função de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Joinville.

Art. 2º Designar o Procurador do Estado João Paulo de Souza Carneiro, matrícula 365.919-4-01, para o exercício da função de Procurador-

-Chefe da Procuradoria Regional de Joinville. Art. 3º Esta portaria produz efeitos a contar de 1º de agosto de 2019.

EDUARDO ZANATTA BRANDEBURGO

Procurador-Geral do Estado e.e

PORTARIA GAB/PGE 087/19

7 DE AGOSTO DE 2019

A PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 103 da Constituição do Estado de Santa Catarina, pelo artigo 7º, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada a interposição de recursos nos processos judiciais movidos contra o Estado de Santa Catarina, cujo pedido envolver a indenização de licença-prêmio/especial vencida, não gozada por servidor, e desde que no momento do requerimento tenha cumprido os requisitos para a sua aposentadoria, bem como não compreenda períodos prescritos, adimplidos administrativamente ou que não se completaram por inteiro.

Art. 2º Revoga-se o artigo 2º, da Portaria nº 57/14, de 23 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA IRACI DA CUNHA

Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 088/19
7 DE AGOSTO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 7º, I e II, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica o(a) Procurador(a) do Estado, em processos de competência do Núcleo de Ações Repetitivas de Assistência à Saúde - NARAS, autorizado(a) a não comparecer à audiência de conciliação e/ou instrução quando se trate de prestação de assistência à saúde, inclusive naquelas marcadas para realização de perícia ou oitiva do médico que subscreveu o laudo que fundamenta o pedido inicial, salvo nas Ações Cíveis Públicas que possam gerar elevada repercussão financeira a critério da coordenação do NARAS, ou nos casos em que o Procurador responsável pelo processo julgar necessária a presença do Estado na audiência.

Art. 2º Revoga-se o inciso IV e o §1º do art. 1º da Portaria 041/19, de 03/04/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 091/19
14 DE AGOSTO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo artigo 2º, inciso I, alínea c, do Decreto nº 1.158, de 18 de

PARECER nº 263/19-PGE
PROCESSO: SCC 7453/2019

ORIGEM: Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar. Interferência na gestão de bens do Estado. Interferência do Poder Legislativo na gestão dos bens sob a tutela do Poder Executivo. Violação do arts. 32, 71, incisos I e IV, alínea "a", da CE. Recomendação de veto.

PARECER nº 264/19-PGE
PROCESSO: SCC 7458/2019

ORIGEM: Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar. Estabelece normas e critérios básicos de precaução e preservação do solo, do meio ambiente, fauna e flora, proteção e defesa da saúde. Competência concor-

rente do Estado para legislar proteção do meio ambiente e controle da poluição – Art. 24, inc. VI, da CF. Recomendação para a sanção governamental.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, conforme Decreto nº 1.079 de 1º de março de 2017, os servidores GIGLIOLA ARAÚJO SIQUEIRA DA COSTA, Coordenador de Grupo, matrícula nº 954.014-8-01, e CLEBER ROSSO BICCA, Gerente de Apoio Operacional, matrícula nº 950.212-2-01, para compor a Comissão de Articulação e Monitoramento das Ações de Prevenção e Eliminação de focos do mosquito Aedes Aegypti no âmbito da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 092/19
21 DE AGOSTO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e II e art. 35, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR o Procurador do Estado Ricardo Della Giustina, matrícula 378.609-9-01, do exercício da função de Procurador-Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 2º DESIGNAR o Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos Fernando Mangrich Ferreira, matrícula 329.049-2-02, para responder cumulativamente pela função de Procurador-Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado.

rente do Estado para legislar proteção do meio ambiente e controle da poluição – Art. 24, inc. VI, da CF. Recomendação para a sanção governamental.

PARECER Nº 265/19
Nº DO PROCESSO: SCC7487/2019

INTERESSADO: Procuradoria Geral do Estado

ASSUNTO: Benefícios Fiscais

EMENTA: Emenda ao projeto de lei que obriga o Chefe do Poder Executivo a iniciar processo legislativo no prazo que fixa. Segundo decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos do MS 22690, "nenhuma lei, no sistema de direito positivo vigente no Brasil, dispõe de autoridade suficiente para impor, ao Chefe do Executivo, o exercício compulsório do poder de iniciativa legislativa". Ofensa ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes. Inconstitucio-

nalidade da emenda. Sugestão de sanção com posterior ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em razão da impossibilidade de veto parcial de inciso, nos termos do art. 66, § 2º, da Constituição Federal.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 093/19
29 DE AGOSTO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência prevista no art. 6º do Anexo Único do Decreto nº 1.688, de 14 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Banca Examinadora para a Prova Oral do 9º Concurso Público para Ingresso na Carreira de Procurador do Estado de Santa Catarina, a qual será composta pelos seguintes membros: como titulares, Evandro Régis Eckel, Procurador do Estado; Ronan Saulo Robl, Procurador do Estado; e Ricardo Vianna Hoffmann, advogado e membro indicado pela OAB/SC; como suplentes, Thiago Aguiar de Carvalho, Procurador do Estado; André Doumid Borges, Procurador do Estado e Pedro Roberto Donel, advogado e membro indicado pela OAB/SC.

Art. 2º Fica designada, para atuar como Secretária da Banca Examinadora, a servidora Karen Regina Inacio Noronha, matrícula 950.332-3-01.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MANGRICH FERREIRA
Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos
Presidente da Comissão do Concurso

nalidade da emenda. Sugestão de sanção com posterior ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em razão da impossibilidade de veto parcial de inciso, nos termos do art. 66, § 2º, da Constituição Federal.

PARECER N. 268/19-PGE
PROCESSO PGE 3474/2019

ORIGEM: Gabinete do Governador do Estado

EMENTA: Exploração do Corredor de Exportação. Possibilidade de Contratação da CIDASC com amparo na Lei n. 13.303/2016. Exploração atual despida de instrumento contratual. Impossibilidade de Enriquecimento Ilícito. Necessidade de indenização. Possibilidade de destinação de recursos às atividades fins da CIDASC.

PARECER Nº 269/19-PGE

Nº DO PROCESSO: IPREV 2554/2019

INTERESSADO: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

ASSUNTO: Ato de aposentadoria de Adilton de Carvalho Guedes

EMENTA: Mandado de Segurança. A sentença proferida em mandado de segurança apenas invalida o ato impugnado, deixando intacta norma eventualmente tida por inconstitucional até que: 1. seja declarada inconstitucional em controle concentrado de constitucionalidade; 2. outra norma a revogue, ou; 3. o Chefe do Poder Executivo determine sua inobservância.

PARECER Nº 275/19-PGE

PROCESSO: SCC 0007860/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 236/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Altera a Lei nº 17.720, de 22 de março de 2019, com o fim de prorrogar o prazo de suspensão dos efeitos dos Decretos nºs 1.866 e 1.867, de 27 de dezembro de 2018”. Violação do art 150, § 6.º c/c o art. 155, § 2.º, inciso XII, letra g, da Constituição Federal. Renúncia de Receita sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Afronta ao art. 14 da LC 110/2000-LRF.

PARECER Nº 276/19-PGE

PROCESSO: PMSC 00027990/2019

ASSUNTO: Acumulação de Cargos Públicos

INTERESSADO: 1.º Ten Médico PM - Alexandre Nunes Medeiros

EMENTA: Constitucional e Administrativo. Acumulação de cargos públicos. Oficial PM do Quadro da Saúde - Médico Art. 37, XVI, c, c/c art. Art 42, § 3.º, da Constituição Federal. Possibilidade, desde que existir compatibilidade de horários, Precedentes do STF e STJ.

PARECER Nº 279/19-PGE

PROCESSO: DETRAN 4098/2019

INTERESSADO(a): Secretaria de estado da Segurança Pública

EMENTA: Secretaria de Estado da Segurança Pública – consulta sobre adoção das diretrizes de terceirização estabelecidas pelo supremo tribunal federal na arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 324 e no recurso extraordinário n. 958252 – impossibilidade – inteiro teor dos acórdãos ainda não disponibilizado – evidências de que o exame da suprema corte restringiu-se às terceirizações no âmbito da iniciativa privada – administração pública estadual – obediência ao disposto no artigo 173 da lc 381/2007

PARECER Nº 280/2019

PROCESSO Nº SCC 8148/2019

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

EMENTA: PROPOSTA DE SUSPENSÃO DE ATO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM BASE NO ART. 40, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. O controle previsto no art. 40, inciso VI, da Constituição Estadual é limitado e restringe-se às hipóteses de extrapolação do poder regulamentar, não se aplicando aos atos normativos editados com supedâneo no poder normativo do Poder Executivo e que não se destinem especificamente à regulamentação de leis. Não é possível por meio desse instrumento controlar aspectos relativos ao poder discricionário da Administração. Hipótese de óbice jurídico à tramitação da Proposta de Sustação de Ato nº 0004.0/2019.

PARECER Nº 281/19-PGE

PROCESSO Nº SCC 8154/2019

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

EMENTA: PROPOSTA DE SUSPENSÃO DE ATO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM BASE NO ART. 40, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. O controle previsto no art. 40, inciso VI, da Constituição Estadual é limitado e restringe-se às hipóteses de extrapolação do poder regulamentar, não se aplicando aos atos normativos editados com supedâneo no poder normativo do Poder Executivo e que não se destinem especificamente à regulamentação de leis. Não é possível por meio desse instrumento controlar aspectos relativos ao poder discricionário da Administração. Hipótese de óbice jurídico à tramitação da Proposta de Sustação de Ato nº 0003.9/2019.

PARECER Nº 282/19-PGE

PROCESSO Nº SCC 8150/2019

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

EMENTA: PROPOSTA DE SUSPENSÃO DE ATO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM BASE NO RT. 40, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. O controle previsto no art. 40, inciso VI, da Constituição Estadual é limitado e restringe-se às hipóteses de extrapolação do poder regulamentar, não se aplicando aos atos normativos editados com supedâneo no poder normativo do Poder Executivo e que não se destinem especificamente à regulamentação de leis. Não é possível por meio desse instrumento controlar aspectos relativos ao poder discricionário da Administração. Hipótese de óbice jurídico à tramitação da Proposta de Sustação de Ato nº 0001.7/2019.

PARECER Nº 283/2019-PGE

PROCESSO Nº SCC 8152/2019

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

EMENTA: PROPOSTA DE SUSPENSÃO DE ATO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM BASE NO ART. 40, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. O controle previsto no art. 40, inciso VI, da Constituição Estadual é limitado e restringe-se às hipóteses de extrapolação do poder regulamentar, não se aplicando aos atos normativos editados com supedâneo no poder normativo do Poder Executivo e que não se destinem especificamente à regulamentação de leis. Não é possível por meio desse instrumento controlar aspectos relativos ao poder discricionário da Administração. Hipótese de óbice jurídico à tramitação da Proposta de Sustação de Ato nº 0005.0/2019.

PARECER Nº 287/2019-PGE

PROCESSO PMSC 21.144/2018

INTERESSADA: POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

EMENTA: CONSULTA FORMULADA PELA PMSC. EXTENSÃO DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PREVISTA NO INCISO XIV DO ART. 60 DA LEI NO 7.713/1988 AOS POLICIAIS MILITARES DA RESERVA REMUNERADA a) o disposto no inciso XIV do art. 60 da Lei no 7.713/1988 também é aplicável ao militar estadual da reserva remunerada, e não apenas aos reformados; b) não é possível a aplicação retroativa da nova interpretação aos pedidos de isenção nos quais já houve parecer negativo em razão de o militar estar na reserva remunerada.

PARECER Nº 289/2019-PGE

PROCESSO: SES 000076818/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Saúde

EMENTA: Administrativo. Servidor. Contratação Temporária para Atender Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público. Prorrogação do contrato pelo prazo previsto na Lei n.º 17.758/2019. Possibilidade.

PARECER Nº 292/19-PGE

PROCESSO: SCC 7886/2019

ORIGEM: Casa Civil

EMENTA: Diligência. Projeto de lei de iniciativa parlamentar. Estabelece condições para a nomeação em cargo comissionado no âmbito do Estado de Santa Catarina. Competência do Governador do Estado para dispor sobre a matéria por meio de decreto – art. 71, incisos III e IV, alínea “a”, da CE. As leis que estabelecem condições para o provimento de cargos são de iniciativa do Governador do Estado. Art. 50, § 2º, inc. IV, da CE.

PARECER Nº 293/19-PGE

PROCESSO: SST 3477/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

EMENTA: Administrativo. Contrato de Obra. Inexistência de Motivos para a Rescisão Contratual. Presença do Interesse Público. Prorrogação do Cronograma para a Entrega da Obra. Possibilidades. Medidas Administrativas Necessárias.

PARECER Nº 297/19-PGE

PROCESSO: SJC 20786/2013

ORIGEM: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC) **ASSUNTO:** PAD -Análise de Cumprimento dos Requisitos Legais

INTERESSADO: ANDRÉ PEREIRA GATNER

EMENTA: Pedido de Reconsideração. Demissão Simples. Competência do Chefe do Poder Executivo. Ausência de manifestação da COJUR/SJC. Inobservância do art. 66, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 491/2010. Não cumprimento dos requisitos legais. Diligência.

PAR Nº 298/19-PGE

Nº DO PROCESSO: SEF 14483/2019

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ASSUNTO: MINUTA PROJETO DE LEI

EMENTA: Precatórios. Compensação. Art. 105, ADCT. 1. É o Estado de Santa Catarina competente para editar norma que discipline a compensação de débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até 25.03.2015, com precatórios, prevista no art. 105, caput, do ADCT, nos termos do § 2º, do mesmo artigo. 2. É o Chefe do Poder Executivo competente para instaurar processo legislativo em tema de direito tributário. 3. Ausência de qualquer vício de inconstitucionalidade.

PARECER Nº 300/19-PGE

PROCESSO: SES 00014849/2015

ASSUNTO: Acumulação de Cargos Públicos

INTERESSADO: Alexandra Silva

EMENTA: Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de Cargo. Ausência por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem justificativa. Notificação da Servidora. Não Comparecimento. Nomeação de Defensor Ad Hoc. Relatório Conclusivo da Comissão Disciplinar. Parecer da COJUR/SES. Pena de Demissão.

PARECER Nº 301/19-PGE

PROCESSO: SCC 00008536/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 160/2019 que “ Autoriza o Poder Judiciário a doar ao Município de Canoinhas o imóvel que especifica.” Vício de Origem. Inexistência de competência constitucional do Poder Judiciário para iniciativa de processo legislativo que verse sobre a autorização para alienação ou cessão de uso de bens imóveis. Inconstitucionalidade. Recomendação de Veto.

PARECER Nº 303/19-PGE

PROCESSO: PGE 3609/2019

ORIGEM: Procuradoria Geral do Estado

EMENTA: Contrato de prestação de serviços. Prorrogação de prazo de vigência. Necessidade de execução de serviços de forma contínua. Previsão contratual. Possibilidade diante dos critérios e condições estabelecidos na Lei nº 8.666/1993.

PARECER Nº 305/19-PGE

PROCESSO: IPREV 2511/2019

INTERESSADO: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

EMENTA: Constitucional – Administrativo. Reajuste de Proventos da Categoria – Pensionis-

tas - Assembleia Legislativa. Ato da Mesa n.º 392/2018. Vício Formal. Inobservância do art. 37, X; art. 51, IV; art. 52, XIII da Constituição Federal. Inconstitucionalidade. Precedentes do STF.

PARECER Nº 307/19-PGE

PROCESSO: SCC 8530/2019

ORIGEM: Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar. Vício de iniciativa. Invasão de competência. Ingerência do parlamento na gestão administrativa afeta ao Poder Executivo. Desrespeito ao princípio constitucional da separação dos poderes – art. 32, da Constituição Estadual. Recomendação de veto.

PARECER Nº 308/19-PGE

PROCESSO: SCC 7092/2019

INTERESSADO: Procuradoria-Geral do Estado

EMENTA: Projeto de Lei n. 0130.0/0019, de Autoria Parlamentar, que “Institui o Programa Veículo Legal, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências” – Providências relacionadas à estruturação e atribuições de secretarias e de órgãos da administração pública. Matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Aumento de despesa. Inconstitucionalidade.

PAR 309/19-PGE

PROCESSO: SCC 00008293/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

ASSUNTO: Pedido de Diligência ao PL n.º 0385.9/2016

EMENTA: Diligência. Projeto de Emenda à Constituição nº 0003.1/2019, que “Acresce o § 3º ao art. 23 da Constituição do Estado de Santa Catarina”, oriundo da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Matéria disciplinada pelos incisos II, V e VI, do art. 23 da Constituição do Estado.

PRODUÇÃO:
Assessoria de Comunicação

PGE SC
Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

GOVERNO DE
SANTA CATARINA